



FACULDADE CALAFIORI

DAVID PERLOTTI

Nível de conhecimento dos professores de Educação Física para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e/ou visual nas escolas de São Sebastião do Paraíso - MG.

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

2012

DAVID PERLOTTI

Nível de conhecimento dos professores de Educação Física para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e/ou visual nas escolas de São Sebastião do Paraíso - MG

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado à Faculdade Calafiori, como requisito para aprovação no curso de Educação Física.

Orientador (a): Profa. Me Gismar MC Rodrigues

Linha de pesquisa: Educação Física e Inclusão Social

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

2012

Nível de conhecimento dos professores de Educação Física para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e/ou visual das escolas de São Sebastião do Paraíso - MG.

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AVALIAÇÃO: () _____

Professor Orientador(a): Ms. Gismar MC Rodrigues

Professor Avaliador da Banca: Ms. Rogério Grillo

Professor Avaliador da Banca: Espec. Valéria Ruiz Felix

São Sebastião do Paraíso – MG

2012

DEDICATÓRIA

Dedico a toda minha família por me ajudar nessa conquista e fazer parte dela. Pelo amor, carinho, dedicação, apoio e incentivo em me ajudar todas as vezes que foi preciso nesses três anos de graduação. E à minha mãe que sei que olha por mim e me ajuda quando mais preciso.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, por me dar forças e ter me iluminado a chegar aonde cheguei; sem Ele não sou nada, mas com Ele tudo posso.

Agradeço ao meu filho Luís Gustavo, meu pai Antônio, minha irmã Daniela, e minha namorada Gracielly que tiveram muita paciência em me ajudar e sempre estiveram dispostos para o que eu precisava e pelas horas que estive ausente realizando este trabalho. Obrigado por serem minha inspiração e motivação.

Aos companheiros, amigos e colegas de curso pelos momentos divertidos que tivemos as risadas e brincadeiras estarão guardados para sempre. Pela ajuda e companheirismo ao longo do curso. Espero que todos alcancem seus objetivos e realizem seus sonhos, todos são capazes.

Agradeço à minha professora orientadora Profa. Doutoranda Gismar Monteiro Castro Rodrigues, não só por ser uma excelente professora, mas como pessoa também, pela paciência, pelos conselhos e que me ajudou bastante para concluir este trabalho, sempre me lembrarei disso.

E por fim agradeço a cada professor que colaborou para que eu chegasse à conclusão deste curso e por me ajudarem a crescer e evoluir pessoalmente.

A todos, muito obrigado!

EPÍGRAFE

“A vida não é dura para aqueles proferidos “moles”,
Entretanto, sim para aqueles que amam alguém”.

RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar nível de preparação dos professores de Educação Física (oito mulheres e cinco homens, que representam aproximadamente 52% do total de docentes na área de Educação Física que atuam na cidade) para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e visual das escolas de São Sebastião do Paraíso, MG. Como instrumento de medida foram realizadas entrevistas padronizadas, (18 questões). No que se refere a tempo de formação desses educadores mais da metade tem menos de cinco anos de formados e a experiência dos mesmos para com alunos com essas deficiência sensoriais foram adquiridas apenas no período de graduação. Quanto ao preparo dos professores para lecionarem para alunos deficientes, verificou-se que mais da metade não se sentiam preparados para trabalharem com alunos deficientes. Quanto à aceitação de alunos com deficiência sensorial por parte dos professores no ensino regular metade do grupo esclarece que não concorda com esta proposta em decorrência da necessidade de adaptar a realidade tanto relacionada à estrutura física quanto à capacitação dos recursos humanos para que este processo seja realmente proveitoso. A maioria dos professores demonstrou interesse e disposição para participarem de cursos de capacitação para o trabalho com alunos com deficiência.

Palavras chave: inclusão, deficiência auditiva, deficiência visual, Educação Física Adaptada.

ABSTRACT

The aim of this study was to evaluate the preparedness of Physical Education teachers (eight women and five men, representing approximately 52% of all teachers in the area of Physical Education who work in the city) to work with students who have hearing and visual schools of the São Sebastian do Paraíso, MG. The measurement instrument was conducted standardized interviews, (questions eighteen). As regards the time of formation of these educators more than half have less than five to graduation and experience the same for students with disabilities with sensory were acquired only during the graduation. Regarding the preparation of teachers for disabled students to teach, it was found that more than half did not feel prepared to work with disabled students. Regarding the acceptance of students with sensory disabilities by teachers in regular education clarifies that half the group does not agree with this proposal due to the need to adapt to reality both physical structure as related to the training of human resources for this process to be really profitable. Most teachers have shown interest and willingness to participate in training courses for working with students with disabilities.

Keywords: Inclusion, hearing impairment, visual impairment, Adapted Physical Education

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	pg
Figura 01: Caracterização do número de pessoas do grupo de estudo segundo sexo e faixa etária	29
Figura 02: Tempo em anos de formação como docentes de Ed. Física segundo gênero	30
Figura 03: Número de Educadores físicos em relação aos locais de aquisição sobre Educação Física Adaptada (durante a graduação ou cursos específicos pós graduação)	30
Figura 04: Número de Educadores físicos que possuem ou não alunos com deficiência auditiva e/ou visual em suas respectivas turmas.	31
Figura 05: Número de professores de Educação Física segundo qualidade do nível de conhecimento (bom, regular ou insuficiente) quanto à orientação e mobilidade	32
Figura 06: Número de professores que acham ou não que os alunos do ensino fundamental regular estão aptos a conviverem em sala de aula com crianças que apresentem deficiência sensorial	33

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela	pg
Tabela 01: Percentual de professores em relação ao nível de conhecimento (bom, regular ou insuficiente) em LIBRAS	32

Quadro	pg
Quadro 01: Graus de severidade de deficiência auditiva e sua consequência	16
Quadro 02: Classificação Esportiva de atletas com deficiência visual (International Blind Sports Federation - IBSA).	22
Quadro 03: Professores em relação à estarem aptos ou não a trabalharem com alunos que apresentem deficiência visual e/ou auditiva	31

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3.1 DEFICIÊNCIA	13
3.1.1 Deficiência Auditiva	14
3.1.2 Deficiência Visual	19
3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL	25
4 METODOLOGIA	27
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
4.2 PÚBLICO ALVO	27
4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	27
4.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	27
5 RESULTADOS	29
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
7 CONCLUSÃO	37
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
9 ANEXOS	41
ANEXO 02: TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO.....	43
10 APÊNDICE	44
APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	45

1 INTRODUÇÃO

A educação é o caminho através do qual todos os seres humanos experimentam oportunidades de conhecimento e crescimento, e, na legislação do Brasil, é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988).

Com esta prerrogativa legal é nítido que o ensino não é direito apenas de crianças com características físicas e intelectuais consideradas dentro de um padrão de normalidade. A inclusão de crianças e estudantes com deficiências físicas e intelectuais no ensino regular é uma realidade no Brasil.

GORGATTI (2005) ressalta que o ensino especial para pessoas com algum tipo de deficiência, deve ser cogitado somente quando o seu desenvolvimento estiver gravemente comprometido em classe regular e não pelo simples fato de requerer mais dos diretores e professores, estes como profissionais não podem pensar no comodismo. De modo que negar o ingresso de alunos com deficiência ao ensino é algo incoerente, permitindo o acesso ao ensino regular, beneficia-se também a educação, tornando as pessoas mais conscienciosas para as probabilidades que a vida oferece. Incluindo todas as áreas da educação, não devem privar as crianças de conviverem e interagir umas com as outras.

Que os benefícios são imensos não há dúvida, mas são necessários que sejam preparados recursos humanos e materiais para que os propósitos sejam alcançados.

Neste contexto a presente pesquisa buscou elucidar as expectativas e dificuldades dos docentes na área de Educação Física, no que se refere a lidar com alunos que apresentam deficiência visual e / ou auditiva das escolas de São Sebastião do Paraíso, MG.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Verificar o nível de preparação dos professores de Educação Física para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e/ou visual das escolas de São Sebastião do Paraíso, MG.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar o nível de conhecimento e preparo dos professores de Educação Física a respeito da Educação Física adaptada bem como onde obtiveram tais informações.
- Enumerar o percentual de docentes em Educação Física que são favoráveis ou não ao processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas da respectiva disciplina.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 DEFICIÊNCIA

Ao se falar em pessoa com deficiência muitos associam deficiência com doença e pior ainda, acabam tratando essas pessoas de forma preconceituosa.

Medina (2009) define que pessoa com deficiência é aquela que possui alguma anomalia tanto estrutural ou intelectual sendo que tais limitações impedem de realizarem alguns tipos de tarefas específicas contextualizadas na rotina do padrão de pessoas consideradas normais.

Segundo o Ministério da Educação (MEC, 2002):

“Deficiência refere-se a qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, podendo resultar numa limitação ou incapacidade no desempenho normal de uma determinada atividade que, dependendo da idade, sexo, fatores sociais e culturais, pode se constituir em uma deficiência” (MEC, 2002).

Segundo Correia (1993, 1997, 2003, 2008), as crianças e adolescentes apresentam fatores orgânicos ou ambientais para conceituar o que são necessidades educativas especiais, descrevendo tais como problemas sensoriais, físicos e de saúde, intelectuais e emocionais, e com dificuldades de aprendizagem específicas.

Claramente citado em sua definição ao dizer que:

“Os alunos com necessidades educativas especiais são aqueles que, por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de apoio de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento acadêmico, pessoal e socioemocional”.

Atualmente a deficiência é vista pelas entidades como resultante de uma relação interativa com as pessoas como o ambiente físico, além de uma construção social e de crenças onde elas se inserem. Porém essas construções sociais são formadas por discriminação. A incapacidade é uma das características da pessoa deficiente, por esta se tornar impossibilitada de interagir com a sociedade, pois a mesma não oferece condições para que a deficiente viva igualmente com os que o cercam (FERREIRA, 2010).

Segundo o Decreto nº 3298/99 - regulamenta a Lei 7853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, estabelece as seguintes definições. A lei de 24/10/89 apoia as pessoas com deficiência:

I - Deficiência refere-se ao indivíduo que possui toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que devido a isso, gere incapacidade no desempenho de atividades, de acordo com o padrão considerado normal para o ser humano;

II - Deficiência permanente trata-se daquele que incidiu ou se estabilizou por um período de tempo suficiente para que não permita sua recuperação e não tem a expectativa de desalterar-se mesmo com o auxílio de tratamentos;

III - Incapacidade é quando o indivíduo tem uma redução eficaz e marcante na sua competência de integração social, sendo necessário o uso de equipamentos, adaptações, meios ou soluções especiais para que essa pessoa como uma pessoa com deficiência consiga uma troca de informações, receber ou transmitir subsídios necessários referente ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser cumprida.

3.1.1 Deficiência Auditiva

Caracteriza-se como a disfunção ou irregularidade da aptidão do indivíduo de escutar, é a perda total ou parcial da capacidade de ouvir ou perceber sinais sonoros (GORATTI et al.,2008).

As deficiências auditivas existem de vários graus diferentes, desde o mais leve ao mais profundo e com características diferenciadas, podendo ocorrer com qualquer pessoa por inúmeras causas. Por isso afirmar que todas as pessoas com

deficiência auditiva são surdas é errado, uma vez que, surdo é aquele que não é capaz de identificar nenhum tipo de som. O que não ocorre com todos.

A função auditiva não é só bastante complexa como também é muito importante, pois o desenvolvimento da linguagem oral está diretamente relacionado com a audição. O ouvir é uma ação resultante da captação das ondas vibratórias no meio ambiente e estas são enviadas para o sistema nervoso o qual interpreta e conduz respostas sob a forma de sinais temporais. Alterações nesse processo podem levar às perdas sérias auditivas para a pessoa de modo que atrapalhe sua percepção em compreender e organizar estímulos sonoros que o mundo em sua volta demanda. Tal fato irá dificultar a integração social deste indivíduo pelo atraso de resposta em que a linguagem e o pensamento verbal podem vir a ser alterados (LAMASTER, et al., 1998).

A deficiência auditiva é analisada como a alteração existente entre o desempenho da pessoa e a capacidade normal de percepção dos sons, assim como padrões estabelecidos pela American National Standards Institute - ANSI (BATTISTELLA, s.d.). A deficiência auditiva pode ocorrer antes, durante ou após o nascimento.

Em relação no nível da perda auditiva, o discernimento utilizado para avaliar o grau e ter a classificação baseia-se nas médias limiares da Audiometria que, por sua vez, é um exame que afere o nível de audição das pessoas em decibéis (dB), a unidade de avaliação de intensidade do som. O grau normal da audição está a zero dB, podendo estimar-se expressivas perdas da audição acima de 30 dB (GORGATTI e COSTA, 2008).

3.1.1.1 Tipos de Deficiência Auditiva

Há quatro tipos reconhecidos como variações da deficiência auditiva, a saber:

- Deficiência auditiva condutiva: tem como característica uma interferência na comunicação sonora entre o conduto auditivo externo até a orelha interna denominada cóclea. Esse tipo na maioria das vezes pode ser corrigido por tratamentos médicos.

- Deficiência auditiva sensorial neural: ocorre em decorrência da lesão das células ciliadas da cóclea ou do nervo auditivo. Em casos assim a deficiência é irreversível.
- Deficiência auditiva mista: agrega uma lesão do nervo auditivo com alteração das ondas sonoras até o terminal sensorial.
- Deficiência auditiva central: também denominada de disfunção auditiva central ou surdez central. Neste tipo de surdez o indivíduo apresenta variados graus de dificuldade para compreender informações sonoras TEIXEIRA (2008).

Além destes tipos apresentados é possível ainda avaliar o grau (nível) de surdez de um indivíduo conforme demonstra QUADRO 01:

Quadro 01: Graus de severidade de deficiência auditiva e suas consequências

AUDIÇÃO	PERDA DE DECIBÉIS	CONSEQUÊNCIAS
Audição Normal	Limiares entre 0 a 24 db nível de audição.	Audição normal
Deficiência Auditiva Leve	Limiares entre 25 a 40 db nível de audição.	Impedimento da percepção da palavra
Deficiência Auditiva Moderada/ média	Limiares entre 41 e 70 db nível de audição.	Emissão da palavra em tom muito forte
Deficiência Auditiva Grave	Limiares entre 70 e 90 db nível de audição.	Compreensão da palavra em razão da metodologia usada
Deficiência Auditiva Profunda	Limiares acima de 90 db	Não percepção da voz e não aprendizado da fala

FONTE: TEIXEIRA (2008)

3.1.1.2 Identificação e diagnóstico da surdez

O diagnóstico de deficiência auditiva começa em casa com a própria família, ao perceber que a criança apresenta carência para responder a sons, estímulos sonoros e não demonstra incomodo ou agitação excessiva em ambiente com muito barulho. Nesse processo nota-se que a criança apresenta também limitações no processo de aquisição da linguagem oral. Tais evidências necessita diagnóstico clínico profissional aprofundado a fim de evidenciar os fatos TEIXEIRA, L. (2008).

3.1.1.3 Implicações no desenvolvimento motor

O ouvido interno abriga os órgãos sensoriais da audição e do equilíbrio que avisam ao cérebro a posição da cabeça qual a sua situação, se há movimento e em qual direção e amplitude o mesmo ocorre. A imagem captada pelos olhos é combinada juntamente com a sensação emitida pelo ouvido interno no cérebro, de modo que os olhos confirmam o que os ouvidos captam de ruídos sonoros (GORGATTI e COSTA, 2008).

Ao se comparar uma criança que adquiriu a surdez aos dez anos de idade com aquela que nasce surda, pode-se ver claramente que no primeiro caso a criança apresenta mais dificuldades para se comunicar e para captar ações ao seu redor e compreender os sentidos da comunicação oral, entre outros fatores. Já a criança com dez anos de idade teve tempo para adquirir elementos da comunicação oral, que para tal exige também uma evolução cognitiva, localização de ações no tempo e espaço e bem como construção de significados a compreender situações que ocorrem ao seu redor (TEIXEIRA, 2008).

A perda auditiva, por si só, não impede definitivamente o desenvolvimento motor do indivíduo. A defasagem do equilíbrio advirá nos casos de deficiência auditiva sensorioneural, em que o aparelho vestibular possa vir a ser afetado (DIEHL e FERREIRA, 2001; GORGATTI e COSTA, 2008).

[...] a falta de estímulos ou o pouco estímulo pode ser o agravamento desse retardo no desenvolvimento desses indivíduos, pois já está comprovado por inúmeras pesquisas científicas que, ao realizarmos um bom trabalho de estimulação motora, resultados positivos aparecem [...]'. (DIEHL e FERREIRA, 2001)

Crianças com deficiência auditiva possuem problemas de coordenação motora, arrastam os pés, velocidade de movimento inferior a de crianças normais, como noções espaço - temporal e ritmo. Sua respiração é menos ampla, pois ao contrário da criança que tem a oralidade trabalhada, canta e grita, ela não desenvolve sua musculatura responsável pela parte respiratória, ao todo, são fatores de suma importância para um ótimo desenvolvimento motor (padrão) da criança (TEIXEIRA, 2008).

Fatos assim podem acontecer pela falta de estímulo, que pode ser a própria dificuldade da família em suportar ou pela interferência demorada no assunto. A perda da função auditiva pode indiretamente ocasionar implicações no desenvolvimento motor da pessoa com deficiência auditiva (TEIXEIRA, 2008).

Por sua vez estes efeitos causados pela deficiência auditiva podem juntamente com atividades físicas orientadas, acompanhadas e com exercícios de desenvolvimento motor a tendência e objetivo, é serem minimizados ou até mesmo em casos, eliminados, como coloca Colin (1980).

‘Os sentidos subsistem e, em consequência, as funções que correspondem aos sentidos afetados são compensadas, ganhando-se um desenvolvimento parecido ao dos sujeitos normais. É a teoria da compensação’. Colin (1980).

3.1.1.4 O profissional de Educação Física e a Surdez

GORGATTI e COSTA (2008) defendem que o professor de educação física não deve se preocupar com “o que ensinar” para alunos com deficiência auditiva, pois não existem amplas limitações ou até mesmo adaptações a se fazer, mas deve-se pensar na forma que passará os objetivos e trabalhar a carência que esses

alunos têm como a coordenação motora geral, sua noção espaço - temporal, ritmo, equilíbrio estático e dinâmico e a propriocepção (capacidade de reconhecer a localização espacial do corpo). Atentar para o fato de que este trabalho não deve ser feito de forma isolada, mas sim em participação do grupo. Além disto, para aperfeiçoar a qualidade da aula é importante que a mesma ocorra em lugar com poucos ruídos externos, pois é um adicional para alunos que possuam resquícios de audição. O professor também deve saber se comunicar com o aluno com deficiência auditiva trabalhando tanto a língua de sinais quanto a leitura labial, sendo que, ainda há a opção da comunicação através da escrita como coloca Teixeira (2008):

“Se for necessário, comunique-se por meio de bilhetes. O importante é se comunicar. O método não é tão importante.” (TEIXEIRA, 2008)

Diehl (2008) ressalva que o professor também deve ficar atento se o aluno esta virado, de frente para ele em seu campo visual e gesticular quando necessário para chamar sua atenção caso não esteja atento e disperso na aula. Ao elaborar as atividades a serem desenvolvidas, o docente deve se preocupar em estabelecer do simples para o mais complexo, de forma que atividades já vivenciadas e prescindidas devem ser passadas primeiro do que novas atividades ainda a serem explicadas. Isso é feito para todos os alunos ouvintes e não ouvintes. De forma também, como muitas vezes será demandado do professor, como o surdo recebe melhor a informação visual, que o mesmo após a explicação para a sala, ele ratifique através da LIBRAS a sequência das atividades, para uma melhor compreensão e certeza que o aluno surdo entendeu a informação. DIEHL (2008).

3.1.2 Deficiência Visual

É através da visão que se descobre e configura mentalmente como o é mundo, as pessoas que dele fazem parte. Pode-se analisar tudo que acontece em

um ambiente apenas olhando, sem precisar conversar, perguntar ou até mesmo ouvir.

Winnick e Short et al. (2001) definem a Deficiência visual como uma restrição na visão do indivíduo que mesmo com o uso de lentes adequadas para correção, não é suficiente para suprir suas necessidades, afetando de forma negativa o comportamento de uma criança, jovem ou adulto estudante em sua educação.

Mosquera (2000) apud. WINNICK (2004) define que a deficiência visual é a perda total ou parcial da visão de modo que o indivíduo necessite do emprego de recursos especiais como o Braille para desenvolver a aprendizagem e bengalas e guias para ajudar na locomoção pessoal no seu dia a dia.

Saba et al. (2001) colocam que:

‘O olho humano é um sensor poderosíssimo. Em parceria com o cérebro, capta as imagens que desvendam o mundo exterior com todas suas formas, relevos, cores e movimentos. É capaz de focalizar objetos situados a vários quilômetros de distância ou a um palmo da nossa face. Pode visualizar sob luminosidade de um sol intenso ou na penumbra de um quarto escuro’. (SABA et al. 2001).

Deficiência visual é caracterizada pela perda parcial ou total da capacidade visual, em ambos os olhos, levando o indivíduo a uma limitação em seu desempenho habitual. Pode-se classificar a deficiência visual como Cegueira e Baixa Visão ou Visão subnormal. A pessoa cega é aquela que obtém percepção luminosa, mas não o satisfatório para auxiliar em suas atividades, aprendizagem através da visão, movimentos e locomoção absoluta. Ou seja, o indivíduo cego por mais que consiga ter um resquício de luminosidade em seu campo de visão, não é o suficiente para torná-lo independente, ele necessitará de instrumentos especiais para sua aprendizagem como o Braille e instrumentos ou ajuda de outras pessoas para auxiliar sua locomoção (MUNSTER et al. 2005).

BAUMEL (1990) defende que indivíduos cegos são aqueles cuja visão total não é suficiente para reagir à projeção da luz. E devido ao fato dessa carência na função da visão, são grupos de pessoas que precisam desenvolver seus sentidos remanescentes, na tentativa de amenizar as suas necessidades pessoais.

GORGATTI et al. (2008), ressaltam que na deficiência visual sua distinção é pela perda parcial ou total da função visual, analisada em ambos os olhos após uma correção óptica realizada. Fazendo com que o com tenha limitações em suas funções no seu dia a dia.

Portanto, a pessoa com deficiência visual é aquela que não consegue interagir com o meio ambiente, as pessoas e situações ao seu redor através da visão. Essa pessoa tem que se utilizar de outros recursos sensoriais que possui e recursos específicos para ter uma relação agradável com o meio à volta. Pode-se afirmar também que pessoas que se utilizam de lentes de contato ou óculos para poder ter uma correção ótica ideal e conseguem obter essa correção não são consideradas deficientes visuais.

3.1.2.1 Classificação

Há dois níveis de classificação da deficiência visual; a educacional e a esportiva. A classificação educacional está relacionada aos recursos para o processo ensino-aprendizagem que é dividido em cegueira e baixa visão ou visão subnormal, GORGATTI et al. (2008):

- Cegueira: representa a perda total ou residual mínimo de visão. Ainda que haja casos em que indivíduo apresenta percepção de luz, porém não consegue se utilizar dessa percepção em seus movimentos, orientação, locomoção e aprendizagem visual. Necessitando do método Braille como meio de aprendizagem, além de outros recursos didáticos entre equipamentos especiais para o processo ensino-aprendizagem.
- Baixa visão ou visão subnormal: neste caso à existência de resíduo visual, de forma e grau que permita a pessoa ler textos impressos a tinta, mesmo que utilizando recursos didáticos e equipamentos especiais, onde óculos e lentes adequadas não melhoram totalmente a visão, entretanto, sua aprendizagem será através dos meios visuais, com a assistência necessária de recursos especiais. Podendo com o tempo aprimorar sua capacidade visual.

A classificação Esportiva é feita segundo as referências da International Blind Sports Federation (IBSA). Essa classificação é utilizada em competições e está dividida em códigos. A letra B-*Blind*, que significa cego precedida dos números 1, 2 e 3, dependendo do grau da deficiência como demonstra o Quadro 02.

Quadro 02: Classificação Esportiva de atletas com deficiência visual (International Blind Sports Federation - IBSA).

CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO	INTERPRETAÇÃO
B1	Desde a inexistência de percepção luminosa em ambos os olhos até a percepção luminosa, porém não são capazes de reconhecer a forma de uma mão a qualquer distancia ou direção.
B2	Desde a capacidade para reconhecer a forma de uma mão até acuidade visual de 2/60 metros e ou campo visual inferior a 5°.
B3	Acuidade visual entre 2/60 e 6/60 metros, u m capo visual entre 5 e 20°.

FONTE: GORGATTI e COSTA (2008).

Tanto a cegueira total quanto a visão subnormal podem afetar a pessoa em qualquer idade. Bebês podem nascer sem visão e outras pessoas podem tornar-se deficientes visuais em qualquer fase da vida (FABRÍCIA, 2007).

3.1.2.3 Desenvolvimento Motor

WARREN (1994), apud GORGATTI, (2005) coloca que a criança com deficiência visual pode ter sua aptidão física mais precária comparada às crianças de sua idade; não que a ausência da visão seja o fator predominante para isso, mas

indiretamente, acaba prejudicando o desenvolvimento em relação à postura, equilíbrio, orientação espacial e lateralidade, elementos que as crianças conseguem adquirir com auxílio da visão. Todavia, destaca também que esse atraso no aprendizado motor, pode muito bem ser amenizado com o estímulo correto e adequado, se de forma cativante e passando segurança para as crianças.

BAUMEL (1990) diz que é possível ensinar crianças com deficiência visual através de atividades lúdicas, da mesma forma que com todas as outras crianças do âmbito escolar, e isto pode facilitar e ajudar estas crianças a reconhecerem o meio à sua volta além de favorecer o seu desenvolvimento motor e o autoconhecimento, de modo a permitir que o desenvolvimento da criança cega ocorra da mesma maneira da criança que não possui deficiência visual.

CRAFT (1995) ressalta que o atraso motor em crianças cegas está relacionado a pouca experiência, ao pouco convívio com o meio ambiente ao seu redor e ao pouco estímulo para atividades motoras, pois estas crianças estão acostumadas com movimentos habituais e repetitivos. Devido à ocorrência da insuficiência de vivências motora e estímulos, o nível de aptidão física dessas crianças torna-se inferior ao se comparar com as crianças que enxergam, e não há falta diretamente da visão. Fato este que aponta a importância do educador físico para atuar com essas crianças, pois ele é o profissional que deverá motivar fornecer estímulos e experiências motoras que permitam a mudança de hábitos destes alunos tais como a sua postura e movimentos.

A cegueira em si não pode ser um fator que determine ou prive o indivíduo do desenvolvimento motor e social, que o impeça de realizar atividades físicas. Muitas vezes tais situações ocorrem em decorrência da proteção excessiva dos pais ou provedores e por falta do incentivo à prática regular de atividades físicas. No âmbito escolar, isso pode também ocorrer em virtude do despreparo do corpo docente para atuar com crianças com esta deficiência.

3.1.2.4 O profissional de Educação Física e a Surdez

Dentro do âmbito escolar o professor pode realizar situações para que os alunos trabalhem e ampliem questões sensoriais como tato, olfato, audição, paladar,

com todos os alunos e conseqüentemente promovendo um acréscimo na orientação e mobilidade do deficiente visual (BRASIL, 2006).

É fundamental permitir que o aluno cego primeiramente se familiarize com o ambiente escolar, mostrando por completo todo o espaço que ele tem disponível, favorecendo que ele conheça os caminhos, possíveis inclinações do local, informações importantes para prevenir acidentes. Bem como é de suma importância retirar qualquer tipo de objetos que possam ser obstáculos aonde possa gerar acidentes e informar aos demais alunos regras de segurança durante a aula (TEIXEIRA, 2008).

Diehl (2008) coloca que os professores de Educação Física devem proporcionar umas aulas ricas em estímulos e variadas para alunos com deficiência visual, e para tal terá de utilizar equipamentos, recursos e cuidados que em comum não são necessários nas aulas para alunos que enxergam. É fundamental que no decorrer das aulas o professor mantenha a autonomia do aluno, sempre o auxiliando e informando sobre a disposição dos materiais utilizados durante a aula (caso houver mudança de local dos materiais ou da localidade da aula avisar o aluno), sobre o ambiente onde se encontra e até a organização do mapa mental do espaço físico da escola. O professor deve se preocupar também em realizar suas aulas em ambiente com pouco barulho externo, para que o aluno se concentre mais nas explicações da aula.

LIEBERMAN et al. (2002) atentam que o profissional de Educação Física que trabalha com alunos “cegos” deve, de modo geral, ao se relacionar com esses alunos evitar mudar de lugar durante as explicações, nas informações verbais serem sempre claro e objetivo de modo que facilite a comunicação professor-aluno; empregar informações táteis nas explicações para que a criança reconheça seu corpo em diferentes situações exigidas na aula; aplicar orientações como guia estimulando a criança uma maior autonomia possível no meio que ela se encontra; e se certificar de que o aluno cego está participando das explicações.

Nota-se que precisa de atenção e dedicação da parte de todos, colegas e professores, para uma boa inclusão de alunos com deficiência visual e de modo que não prejudique o desenvolvimento desses alunos. É necessário preparo e conhecimento tanto do professor, quanto da escola bem como preparo dos alunos da respectiva sala para que o processo de interação seja completo e não traumático.

3.1.2.5 Orientação e Mobilidade do aluno cego

Colin (1980) coloca que a orientação é o processo cognitivo da pessoa que através dos sentidos remanescentes mostra e atualiza sua disposição ocupada no âmbito que se encontra. Por sua vez, a capacidade do mesmo em se deslocar desse ambiente para outro é o chamado mobilidade.

Glat (1998) interpretam orientação como sendo a destreza do indivíduo para se relacionar com o meio à volta através de relações corporais, espaciais e temporais. Utiliza-se dos sentidos sensoriais que possui e ressalta que através da visão residual nos casos de deficiência de baixa visão. E mobilidade é a habilidade ou circunstancia congênita do com de deficiência visual em se locomover por excitações internas e externas, apresentando equilíbrio estático ou dinâmico. Habilidade que é obtida através de treinamentos ou ensino-aprendizagem com a necessidade de empregar recursos tanto como óticos, mecânicos, eletrônicos, o uso de animal como, por exemplo, o uso de cães-guias, fazendo com que favorece o desenvolvimento motor de suas habilidades e capacidades.

Na mesma linha de pensamento, DIEHL (2008) cita orientação à capacidade de situar seu próprio corpo no local e interatuar com possíveis objetos significantes localizados no ambiente através de seus sentidos remanescentes. Sendo mobilidade a resposta referente a estímulos ou movimentos tanto de origem externa como interna. Diante destes conceitos fica nítido que é fundamental que o professor de Educação Física obtenha conhecimento dessas técnicas de orientação e mobilidade para que consiga aproveitar suas aulas e garantir um maior feedback de alunos com deficiência visual.

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIAL

Sasaki (2005) coloca que a inclusão é vista como a modificação da sociedade sendo um programa diversificado de atividades, jogos e ritmos adequados aos interesses, capacidades e limitações para que pessoas com necessidades especiais possam buscar seus desenvolvimentos e viverem como cidadãos.

Diversas nomenclaturas foram aplicadas para a Educação Física Adaptada como, Educação Física Corretiva ou Ginástica Corretiva, Educação Física Preventiva, Educação Física Ortopédica, Educação Física Reabilitativa e Educação Física Terapêutica, GORGATTI et al. (2008)

No final dos anos 80 e início dos anos 90 despontou o movimento de inclusão, que buscava uma reformulação da educação especial. Este movimento envolveu pessoas com diferentes tipos de deficiência e seus pais e professores. Este movimento foi crescendo e recebeu denominações típicas tal como no Brasil, Porque embora no papel estivesse colocada a pratica da inclusão, isso estava muito relativo e a verdade era um mundo à parte, estava voltado à redução da proporção de alunos qualificados como deficientes ou com necessidades educacionais especiais. Onde surgiram escolas ofereciam educação com qualidade para todos, independente de suas condições. Chamado de movimento educação para todos. O que desde então tem desencadeado inúmeras discussões e debates, pois a educação para todos e a escola como sendo um espaço inclusivo se referia a muito mais do que apenas incluir esses alunos com necessidades especiais. Remetendo a análise da estrutura física e atitudinais para a recepção desses alunos, tendo que ser analisados os pontos de transporte para todos, engenharia do local, acesso, valores dentre outros fatores, GORGATTI et al. (2008).

4 METODOLOGIA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é uma pesquisa descritiva (aquela que o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los).

4.2 PÚBLICO ALVO

Foram escolhidos como elementos da população os professores (cerca de 52% do total de docentes que atuam na área de Educação Física na cidade) que ministram aulas práticas de Educação Física no ensino fundamental das escolas públicas e privadas da cidade de São Sebastião do Paraíso, MG.

4.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a realização da pesquisa, optou-se pela utilização de entrevista padronizada com um roteiro de perguntas previamente estabelecido cuja elaboração foi fundamentada em literatura específica (Apêndice 01), e, este foi aplicado junto ao grupo de estudo após aprovação pelo Núcleo Interno de Pesquisa da Faculdade Calafiori e Assinatura do Termo de Livre Consentimento (Anexo 01).

4.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Para a realização deste estudo, foi respeitada a Resolução 196/96, que regulamenta pesquisas com seres humanos tendo a aprovação, portanto, do Núcleo

Interno de Pesquisa da Faculdade Calafiori (NIP-Calafiori, ANEXO 01). E os sujeitos participantes da pesquisa, selecionados a partir de amostra intencional, concordaram em participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme o ANEXO 02.

Para Barros e Lehfeld (2007), amostra intencional é uma estratégia adequada em que os elementos da amostra são escolhidos intencionalmente com as características estabelecidas. Portanto, a amostra não é sorteada, mas escolhida”. Scheunemann (2010) também destaca que de acordo com determinado critério, é escolhido intencionalmente um grupo de elementos que comporão a amostra. O pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião.

5 RESULTADOS

O grupo de estudo foi constituído por oito mulheres e cinco homens com faixa etária que variou de 25 a 43 anos conforme demonstra Figura 01.

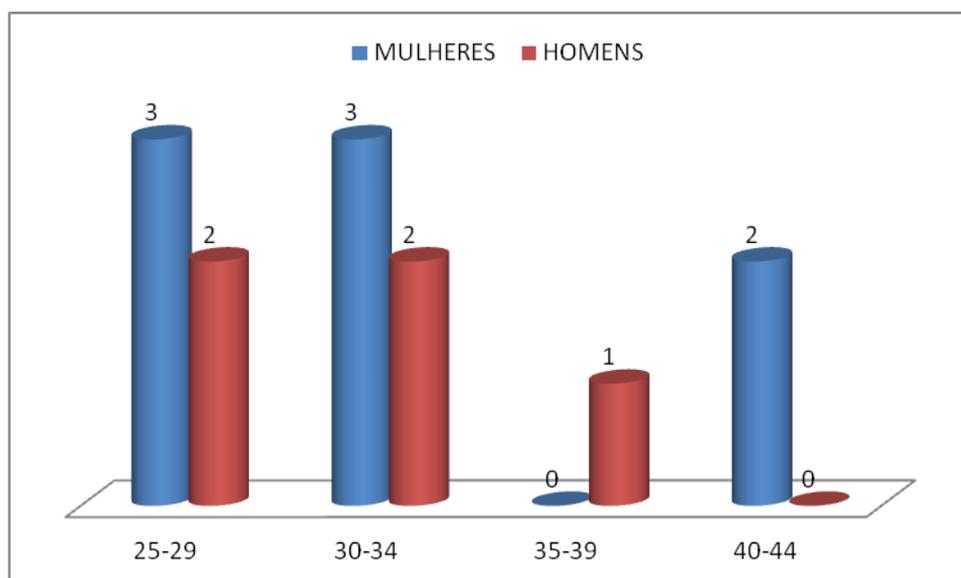


Figura 01: Caracterização do número de pessoas do grupo de estudo segundo sexo e faixa etária.

O tempo de formação como docentes em Educação Física no grupo das mulheres cerca de 37% tem de dois a cinco anos de formada e mesmo percentual mais de dez anos ao passo que os homens, entre 5 e 8 anos e dez anos de formados um percentual igual de 40% respectivamente conforme demonstra Figura 02.

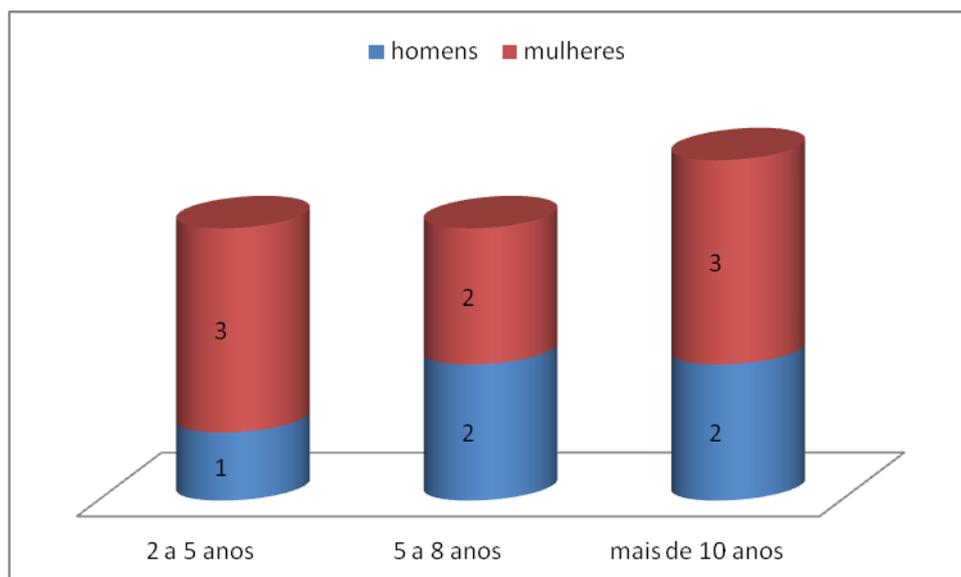


Figura 02: Tempo em anos de formação como docentes de Ed. Física segundo gênero.

Em relação aos locais de aquisição sobre conhecimentos a respeito da Educação Física adaptada a maioria das mulheres e homens disseram que obtiveram formação para esta área ainda no período de graduação conforme demonstra Figura 03.

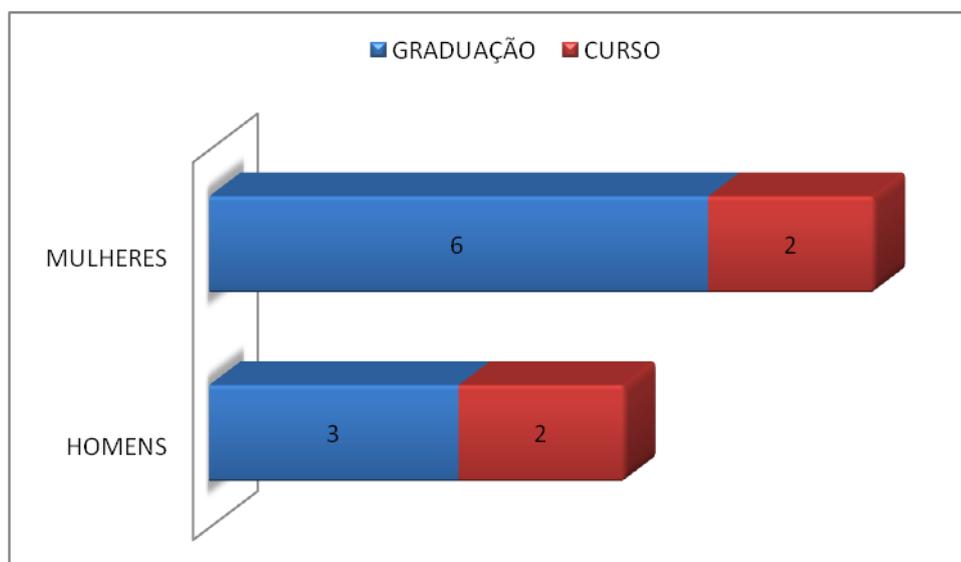


Figura 03: Número de Educadores físicos em relação aos locais de aquisição sobre Educação Física Adaptada (durante a a graduação ou cursos específicos pós graduação)

Ao serem arguidos se em suas respectivas turmas há discentes com deficiência visual e/ou auditiva, menos da metade dos professores disseram que sim (**Figura 04**) e pelo menos 80% dos homens (n=4) e aproximadamente 37% das mulheres (n=3) disseram não estarem aptos para trabalhar com estes alunos (**Quadro 03**) embora todos os professores do sexo masculino e cerca de 62% das mulheres se posicionarem totalmente a favor da inclusão destes alunos no ensino regular das instituições tanto públicas quanto privadas.

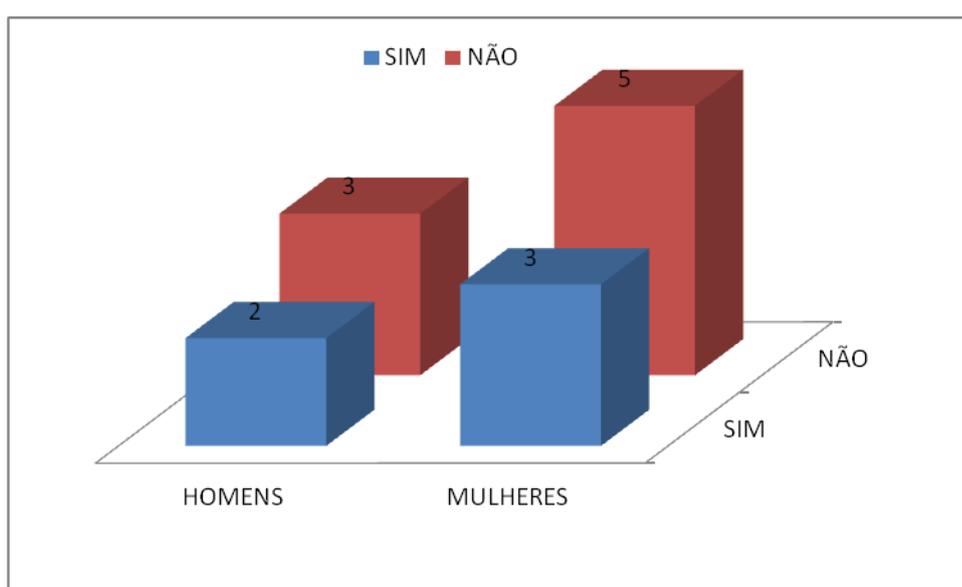


Figura 04: Número de Educadores físicos que possuem ou não alunos com deficiência auditiva e/ou visual em suas respectivas turmas.

Quadro 03: Professores em relação à estarem aptos ou não a trabalharem com alunos que apresentem deficiência visual e/ou auditiva

Aptidão para trabalhar com deficiente visual e/ou auditivo	HOMENS	MULHERES
SIM	1	3
NÃO	4	3
NÃO SABE	0	2

Mais da metade dos professores confessaram como insuficiente o conhecimento e habilidades que possuem em relação à LIBRAS (**Tabela 01**) ao passo que a maioria considera como sendo regular o nível de conhecimento em relação à orientação e mobilidade (**Figura 05**).

Tabela 01: Percentual de professores em relação ao nível de conhecimento (bom, regular ou insuficiente) em LIBRAS

Nível de conhecimento em LIBRAS	HOMENS (n=5)	MULHERES (n=8)
BOM	0	0
REGULAR	40	25
INSUFICIENTE	60	75

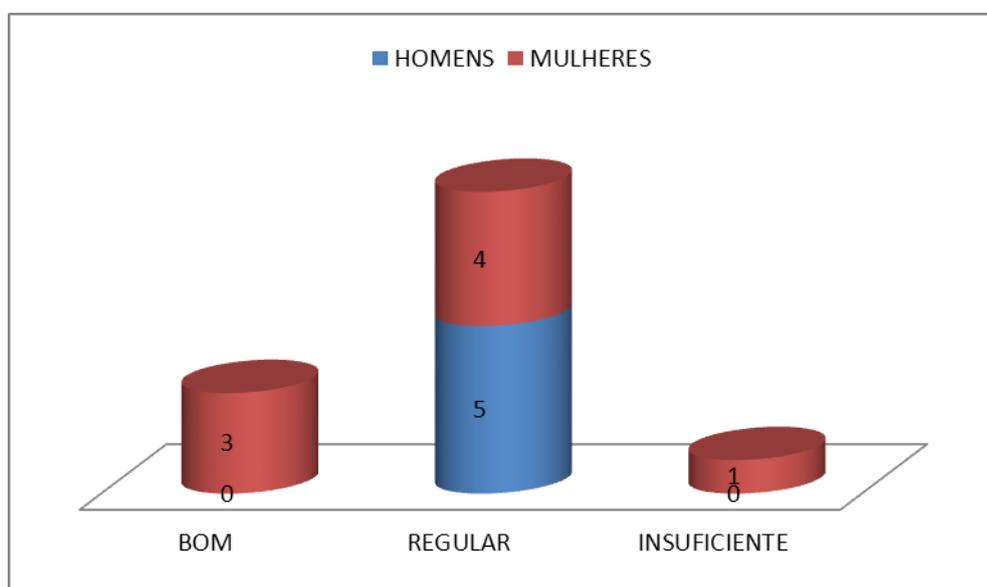


Figura 05: Número de professores de Educação Física segundo qualidade do nível de conhecimento (bom, regular ou insuficiente) quanto à orientação e mobilidade

Quando os professores foram questionados se cursos de LIBRAS e BRAILE para docentes trabalharem com alunos com deficiência visual e auditiva já seria uma ação suficiente para garantir o sucesso ensino – aprendizagem com estes alunos, de modo unânime as mulheres (n=8) disseram que não ao passo que 80% dos homens disseram que sim.

A maioria das mulheres (n=7) disseram que as escolas em que trabalham não estão preparadas em termos materiais para receber tais alunos ao passo que para cerca de 80% (n=4) dos homens, as instituições que lecionam já oferecem tais recursos estruturais. A maioria dos entrevistados concordaram em relação ao fato de que as crianças do ensino fundamental regular não estão preparadas para receber outros alunos que apresentem algum tipo de deficiência sensorial (**Figura 06**) e todos os professores disseram que é necessário que sejam realizados exames prévios destes alunos a fim de conhecer o nível / grau de delimitação dos mesmos para que possam otimizar seus planejamentos, e, relataram ainda, que alunos com deficiência recebem uma proteção extra dos pais e que esta pode ser prejudicial em relação ao rendimento dos mesmos em sala de aula .

Todos os docentes homens (n=5) disseram que não identificam reconhecimento por parte da sociedade perante os benefícios da Educação Física para alunos com deficiência sensorial ao contrário de cerca de 62% (n=5) professoras que disseram sim, que existe um reconhecimento social perante o trabalho do educador físico junto à estes alunos.

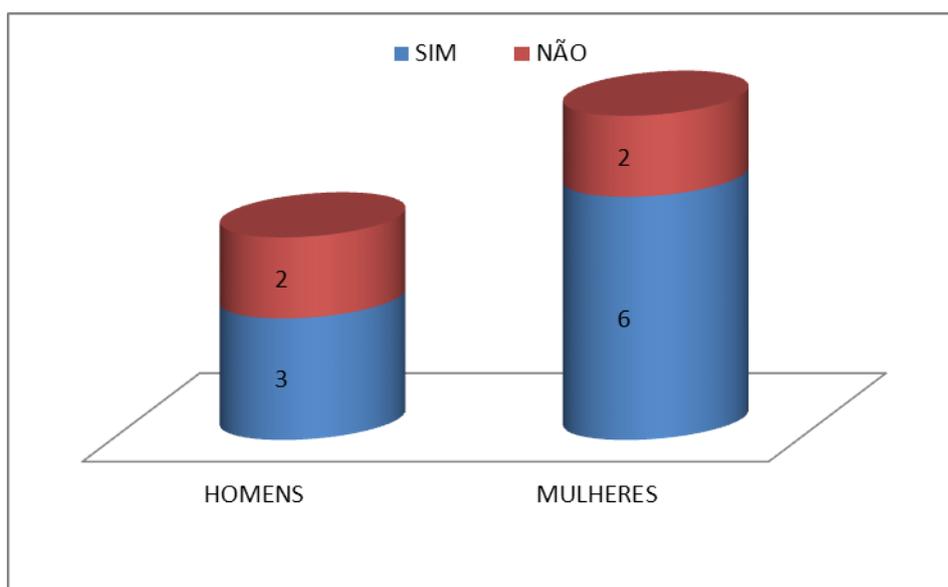


Figura 06: Número de professores que acham ou não que os alunos do ensino fundamental regular estão aptos a conviverem em sala de aula com crianças que apresentem deficiência sensorial.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Embora a Constituição de 1988 do Brasil (BRASIL, 1988) exija que se cumpra o atendimento aos alunos com deficiência em salas de aula regular é necessário oferecer recursos humanos e materiais para que esta lei se cumpra. Glat e Nogueira (2002) ressaltam a importância e necessidade de adaptar os currículos acadêmicos a esta realidade e demanda social.

Quase 40% dos professores do grupo de estudo são formados a mais de dez anos ao passo que em um estudo realizado por Gorgatti (2005) aponta que os educadores físicos avaliados (n=90) tinham na grande maioria, mais de 15 anos de graduados. A experiência profissional acumulada ao longo da carreira é uma grande aliada quanto aos procedimentos metodológicos, domínio do docente, mas, por outro lado, em decorrência das novas demandas sociais, tal como o processo de inclusão, exige que este professor, embora haja muito tempo formado, necessite de novos cursos a fim de aprimorar seus conhecimentos e habilidades.

No presente estudo embora algumas questões demonstrassem claramente o despreparo dos docentes para lidarem com alunos com deficiências sensoriais pelo menos a maioria confessou que durante a graduação o assunto foi até abordado e questionado, mas de forma superficial sem que houvesse o preparo técnico metodológico que a realidade necessita do educador físico hoje no tratamento com estes alunos. Embora a lei da inclusão 9394/1996, garanta o direito à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, é preciso atentar que são muitas as barreiras até que esta lei se consolide, conforme relata Bueno (1997):

[...] tornar realidade a educação inclusiva não se efetuará, simplesmente por decreto, sem que avalie as reais condições que possibilitem a inclusão gradativa, contínua, sistemática e planejada de crianças com NEEs no sistema de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto os sistemas de educação especial como os de ensino regular possam se adequando à nova ordem, construindo práticas políticas, institucionais e pedagógicas que garantam o incremento de qualidade de ensino que envolvem não só os alunos com NEEs, mas todo o alunado do ensino regular. BUENO (1997).

Assim como no presente estudo a maioria dos professores de Ed. Física demonstraram insegurança e inaptidão para trabalharem com alunos com deficiência visual e auditiva, Gorgatti (2005) encontrou valores de cerca de metade de seu grupo de estudo (educadores físicos) que deixaram claro não gostarem da ideia de terem alunos com deficiência em suas aulas embora afirmassem disposição para participarem de cursos que os habilitassem para trabalhar com tais alunos, fato este também observado por RIZZO (1985) que apontou um aumento no grau de autoconfiança dos docentes ao trabalharem com deficientes, depois que passaram por tais cursos.

No presente estudo cerca de 40% dos professores disseram que têm alunos com deficiência sensorial em suas turmas ao passo que no estudo de Gorgatti este percentual era de aproximadamente 5%. Considerando que os relatos de Gorgatti decorrem do ano de 2005 e o presente estudo ocorreu no final de 2012, observa-se a tendência do crescimento exponencial da matrícula de alunos com deficiência no ensino regular, em relação aos dois estudos, o aumento percentual foi de quase 35%, um número exorbitante que demonstra a necessidade de se preparar os docentes para esta demanda que cresce cada vez mais.

No presente estudo mais da metade dos professores disseram não estarem preparados para trabalhar com alunos deficientes, fato este observado também por Gorgatti (2005) que apontou que pelo menos 67% dos educadores físicos de seu grupo de estudo compartilham da mesma opinião. De fato a insegurança dos docentes decorre da falta de capacitação para lidar com este novo público fato este que também o inabilita para exercer com equidade a ponderação em relação ao processo de avaliação dos mesmos em função de suas limitações, podendo até mesmo, subestimar seus reais potenciais (LAMASTER, GALL, KINCHIN & SIEDENTOP, 1998).

Segundo GLAT (1998) muitos profissionais não são preparados adequadamente em seus cursos para formação de professores, trabalham a teoria, sendo assim fica defasado seu relacionamento teoria e prática, devido a essa distancia da pratica pedagógica, não conseguem formar educadores bem capacitados pra atender a diversidade deparada em sala de aula, preparado para todas as ocasiões, sabendo que ele trabalhará com varias culturas e estilos de vida diferentes.

No presente estudo conforme citado por Diehl (2008) que ressalva a importância do uso da LIBRAS para se obter uma melhor explicação e orientação das atividades aos alunos com deficiência visual, por serem mais recíprocos as informações visuais, e no entanto resultados mostram que 60% do percentual feminino e 75% do percentual masculino, consideram como insuficiente seus conhecimentos e habilidades sobre tal. Sentem mais insegurança ao comparados quanto ao nível de conhecimento referente à orientação e mobilidade onde a maioria se considera regular, ao mesmo passo que 100% das mulheres concordam que somente com cursos de LIBRAS e BRAILLE para docentes já é o satisfatório para garantir sucesso no ensino-aprendizagem com alunos deficientes visuais e auditivos contrariando 80% do percentual masculino, afirmam que não é o suficiente para garantir uma boa qualidade de ensino para esses alunos, necessitando de mais aprofundamento do conhecimento dos educadores.

7 CONCLUSÃO

De acordo com a análise dos dados obtidos constatou-se que a maioria dos professores de Educação Física, adquiriu conhecimento e preparo em relação a Educação Física Adaptada apenas na graduação, sem nenhum aprofundamento ou especialização sobre o assunto. Nesse sentido tal resultados demonstram a necessidade de professores atuantes na área, em aprimorar os seus conhecimentos ao tema abordado.

Dos professores entrevistados, poucos utilizam os métodos da Educação Física Adaptada, justificando que apesar de não possuírem alunos que necessitem do método, eles não possuem preparo suficiente e as escolas que lecionam também não tem o suporte e adaptações necessárias para tal. Sendo, apenas dois homens e três mulheres do total que possuem alunos com deficiência em suas turmas e utilizam-se dos métodos da Educação Física Adaptada.

Embora o levantamento de dados observou-se que mais da metade dos professores não se consideram aptos para lecionarem para alunos com deficiência sensorial, os mesmos afirmam ser totalmente a favor da inclusão desses alunos no ensino regular. Concordam que a inclusão permite uma maior socialização dos alunos, respeito e entendimento das diferenças, se ajudam, se acostumam com as deficiências e se tornam mais solidários. Porém, para ocorrer esta inclusão é necessário um maior preparo tanto das escolas, como dos docentes.

As deficiências auditiva e visual por si mesmas, não trazem grandes restrições para a prática de atividades físicas e que prejudiquem o desenvolvimento do aluno. A falta de conhecimento e preparo dos docentes, pais e da sociedade que dificultam a evolução desses indivíduos.

Indivíduos com deficiência auditiva e visual tendem a ter uma carência relacionada às suas coordenações motoras, equilíbrio, noção espacial, lateralidade entre outros fatores que prejudicam seu desenvolvimento e aptidão física. Entretanto, será nas aulas de Educação Física com atividades orientadas e acompanhadas e integração com o grupo que efeitos como estes podem ser eliminados ou minimizados, fazendo com que essas pessoas tenham uma qualidade de vida melhor, tanto pessoal quanto social.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A. J. P.; e LEHFELD, N.A.S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo : Afiliada, 2007.

BATTISTELLA, L. R.; **Conceito De Deficiência Segundo A Convenção Da Onu E Os Critérios Da Cif**. Secretaria de estados dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Governo de São Paulo.

BAUMEL, R.C.R.C. **Habilidades dos professores dos portadores da deficiência visual**. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRASIL, 1988 - BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial.

BUENO, J. G. S. **A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas**. Tendências e desafio da educação especial. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Seesp, 1994. p. 35. Cidade e Freitas (1997).

COLIN, 1980 apud GORAGATTI, M.G; COSTA, F.R. **Atividade física adaptada, Qualidade de vida para pessoas com necessidades**; Manole. Baurueri, 2008.

Correia 1993, 1997, 2003, 2008 apud Correia, M.L.; Tonini,A. **Avaliar para intervir:um modelo educacional para alunos com necessidades especiais**, 2012.

CRAFT, 1995, apud **Atividade física adaptada, Qualidade de vida para pessoas com necessidades**; Manole. Baurueri, 2008.

DIEHL, M. R.; **Jogando com as Diferenças jogos para crianças e jovens com deficiência**, p57,Phorte, São Paulo, 2008.

DIEHL, R.M; FERREIRA, P.S.; Equilíbrio e coordenação motora de crianças e adolescentes surdos. In: Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada,4,2001,Curitiba. **Anais**. Curitiba, p.45-7, 2001.

FERREIRA, I.M.S.V. **Formação profissional destinada a pessoas com deficiência visual: um estudo de caso**, 2010.

GLAT, R. **A integração de portadores de deficiência: uma reflexão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998. (Questões atuais em educação especial, v. 1).

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Integração, 2002.

GORGATTI, M. G.; **Educação física escolar e inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**, 2005.

GORGATTI, M.G.; COSTA, R. F.; **Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Editora Manole, São Paulo, 2008.

LAMASTER, K.; GALL, K.; KINCHIN, G.; SIEDENTOP, D. **Inclusion practices of effective elementary specialists**. *Adapted Physical Activity Quarterly*. Champaign, 1998.

LIEBERMAN, L.J.; WILSON, C. **Strategies for inclusion – a handbook for physical educators**. Champaign: Human Kinetics, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Saberes e práticas da inclusão. 2006.

MOSQUERA, C. **Educação física para deficientes visuais**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

MUNSTER, M.; ALMEIDA, J. Atividade Física e Deficiência Visual. In Costa, R. e Gorgatti, M. (orgs.). **Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas especiais**. Editora Manole, 2005.

RIZZO, T.L. **Attributes related to teacher's attitudes**. *Perceptual and Motor Skills*, Missoula, 1985. Apud TEIXEIRA, L.; **Atividade Física Adaptada e Saúde da teoria à prática**, Editora Phorte; São Paulo, 2008.

SABA, Marcelo M. F.; EPIPHANIO, Ivan Dalla Valli. **Dissecando um olho de boi para entender a óptica do olho humano**. *Física na Escola*. Seção Abrindo o olho. 2001.

SASSAKI, R.K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? In: **Revista Nacional de Reabilitação**, ano IX, n.43, p.9-10, 2005.

SCHEUNEMANN, Eric. **Técnicas de amostragem**. 2010. Disponível em: <<http://risk.nuvvo.com/lesson/5826-amostra>> Acesso em: 10 nov. de 2012

TEIXEIRA, L.; **Atividade Física Adaptada e Saúde da teoria à prática**, Editora Phorte; São Paulo, 2008.

WARREN, D.H. Blindness and children: an individual differences approach. Cambridge: Cambridge University, 1994. Winnick e Short (2001) apud GORGATTI, M.G.; COSTA, R. F.; **Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Editora Manole, São Paulo, 2008.

WINNICK, J.P. The performance of visually impaired youngsters in physical education activities: implications for mainstreaming. *Adapted Physical Activity Quarterly*, Champaign, v.11, p.292-299, 1994.) apud Gorgatti, M. G. **Educação física escolar e inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores**. São Paulo, 2005.

9 ANEXOS

9.1 ANEXO 01: TERMO DE APROVAÇÃO DA PESQUISA PELO NÚCLEO
INTERNO DE PESQUISA



FACULDADE CALAFIORI
AV JOSÉ PIO DE OLIVEIRA Nº 10
JARDIM CIDADE INDUSTRIAL CEP: 3795000
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG
TEL.: (035) 3558-6261/3558-6995
www.calafiori.edu.br

PARECER DO NIP- CALAFIORI

NÚMERO DESTA PROTOCOLO: 013

Protocolo de Pesquisa referente ao Projeto n º 013

Título do Projeto de Pesquisa: Nível de conhecimento dos professores de Educação Física para atuarem com a educação especial no município de São Sebastião do Paraíso - MG

Nome (s) do (s) Pesquisador (es) Orientador (es): Ms. Gismar Monteiro Castro Rodrigues

Nome (s) do (s) Orientado (s): David Perlotti

O projeto tem tema pertinente e que contribui para a ciência no específico assunto. O estudo tem como objetivo verificar o nível de preparação dos professores de Educação Física para atuarem com alunos que apresentam deficiência auditiva e/ou visual das escolas de São Sebastião do Paraíso, MG.

Aprovado

Data: 03/06/2012

Gismar Monteiro Castro Rodrigues
Presidente do NIP- CALAFIORI

ANEXO 02: TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Nome do participante:		
R.G.:	Data de nascimento / /	
CPF nº:		
Endereço:	Nº	Apto:
Bairro:	CEP:	CIDADE:
Telefone(s):		

EU, acima qualificado CONCORDO em participar da pesquisa intitulada: _____” coordenada pelo

pesquisador responsável Prof(a): _____

conduzida pelo(s) acadêmico(a)(s): _____

alunos/pesquisadores do curso: _____ da Faculdade Calafiori -MG.

Esta pesquisa tem como objetivo: _____

O procedimento de coleta de dados será feito através de: _____

Estou ciente de que os benefícios esperados por participar neste estudo serão em prol da ciência.

Explicaram-me que o(s) pesquisador (es) garantirão o sigilo absoluto quanto a minha identidade e informações prestadas, sob sua responsabilidade e as penas sob previstas na Lei brasileira.

Sei que minha participação é livre e que não implica quaisquer tipos de recebimento de remuneração, auxílio ou subsídio, também sei que não tenho o dever de pagar por minha livre participação.

Estou ciente de que poderei, a qualquer momento, desistir da participação, sem que isso implique responsabilização, ou o cancelamento dos serviços oferecidos por esta instituição.

Terei o direito de me dirigir, a qualquer momento, ao(s) pesquisador (es) e ao Núcleo interno de pesquisa (NIP) da Faculdade Calafiori, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo portanto o direito à informação através do telefone (35) 3558-6261.

Declaro que concordo LIVREMENTE em participar desta pesquisa, pois fui totalmente esclarecido pelo pesquisador e entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação neste estudo.

Assinatura do participante [por extenso]

São Sebastião do Paraíso ___/___/2012

Nome do Pesquisador (ES) Responsável(is):
Tel para contato: (35) 3558-6261
Órgão responsável pela pesquisa na instituição: Núcleo Interno de Pesquisa – NIP- Calafiori- nip@calafiori.edu.br
Endereço: Av João Pio de Oliveira, n.10, JD Cidade Industrial , São Sebastião do Paraíso, MG

10 APÊNDICE

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 - Idade?

2 - Sexo?

MASCULINO FEMININO

3 - Há quanto tempo você se formou na área de Educação Física?

Menos de 2 anos Entre 2 á 5 anos Entre 5 á 8 anos Á mais de 10 anos

4 - Em qual instituição fez curso superior?

5 - Possui conhecimento de Educação Física Adaptada? Aonde você adquiriu esse conhecimento, na graduação ou em algum outro curso de especialização?

6 - Em suas turmas, tem algum aluno com deficiência auditiva ou visual?

7 - Como você avalia o seu conhecimento com relação a LIBRAS?

BOM REGULAR INSUFICIENTE

8 - Como você avalia o seu conhecimento com relação à Orientação e Mobilidade?

BOM REGULAR INSUFICIENTE

9 - Você se sente apto a lecionar para alunos com deficiência auditiva ou visual?

10 - Você é a favor ou contra a inclusão desses alunos em escolas regulares? Por quê?

11 - Você acredita que somente com o oferecimento de cursos como Libras e Braile para os professores, é capaz de garantir o sucesso da inclusão de alunos com deficiência sensorial? Por quê?

12 - A escola onde você trabalha possui material disponível ou adaptações para receber este tipo de aluno?

13 - Enquanto professor de Educação Física escolar, você acredita que as crianças do ensino fundamental regular estão preparadas para receber em sala de aula, alguma criança com deficiência sensorial?

14 - Você acha importante ou necessário exigir exame médico prévio desses alunos? Justifique.

15 - É necessário algum tipo de orientação relativa à roupa, calçados, proteção (joelheira, tornozeleira, caneleira, etc.) para esses alunos realizarem as aulas de Educação Física? Qual?

16 - Você acredita que a superproteção dos pais desses alunos possa atrapalhar o rendimento e até mesmo o progresso em sala de aula?

17 - Em que sentido em sua opinião a Educação Física pode beneficiar na vida desses alunos?

18 - Enquanto professor de Educação Física escolar, você acredita que as pessoas reconhecem a importância da Educação Física perante alunos com deficiência sensorial?